

QUE LEITOR É ESTE?

Maria Isabel Edom PIRES¹

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

Perguntar quem é o leitor brasileiro e como se deu a formação da leitura num país que sempre conviveu com altas taxas de analfabetismo é atividade complexa, que só pode estar amparada numa pesquisa, na qual sejam ouvidas as diferentes vozes que se (des)articulam na sociedade brasileira. Pois é para apresentar uma resposta que as pesquisadoras Regina Zilberman e Marisa Lajolo consultaram textos não apenas da literatura brasileira como da cultura brasileira e universal. E, recolhendo informações e perfis em cartas, romances, depoimentos, crônicas, entre outros textos, esboçam no livro *A formação da leitura no Brasil* o perfil do leitor fictício e real cuja identidade reinventam.

Poliédrico, como assim o definem as autoras, o texto permite que o leitor escolha qualquer de suas partes para iniciar a leitura, sem que perca o sentido das demais, que podem ser consultadas à sua escolha.

Assim, na primeira delas, "A construção do leitor", encontramos uma breve trajetória do leitor virtual, textualizado nas obras de Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Lima Barreto, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e Clarice Lispector. A brevidade das seções não impede que, a par da consulta aos grandes narradores da literatura brasileira, sejam tratadas questões importantes no que diz respeito à constituição do leitor na literatura. Da tutela exercida pelo narrador de *Memórias de um sargento de milícias* à cumplicidade proposta por Rodrigo, narrador de *A hora da estrela*, as estratégias são muitas: familiaridade, ironia, identificação, pedagogia, autoridade, diálogo, maturidade, enfim. As autoras salientam também, além da relação leitor-narrador, a relação leitor-leitor, esta detectada por intermédio das cenas de leitura narradas, as quais muitas vezes "legitimam, nas discussões e expectativas que provocam, negaceios e volutas de jogos amorosos, cuja manifestação explícita é socialmente condenada".

Mas se Machado, por exemplo, ao querer condenar o leitor ingênuo e a concepção de leitura baseada nas regras do gênero ultra-romântico, parece sugerir pedagogicamente um distanciamento entre narrador e leitor; outro narrador, o de *São*

¹ Universidade de Brasília - UnB.

Bernardo, busca a compreensão do leitor, fazendo com que participe do processo de redação da obra, numa parceria igualitária.

Incrementado com outros exemplos, este capítulo mostra certa evolução no tratamento conferido ao leitor, destacando na literatura de Graciliano e Clarice novas estratégias e menos autoritarismo.

Sendo a trajetória do leitor textualizado o objeto desta parte do livro, ela é também a trajetória dos narradores, melhor, o percurso de uma relação difícil, "construção e desconstrução constante", que encena a história do leitor real vista, na segunda parte do livro, sob o prisma do mercado.

Nesta parte, o livro é visto enquanto mercadoria e são revisitadas as relações entre autor e outros segmentos envolvidos na produção e consumo de livros. São assinaladas as dificuldades enfrentadas pelos escritores brasileiros para viver de sua literatura, entre elas uma infra-estrutura precária e o analfabetismo da população.

Se a inexperiência dos escritores brasileiros e sua falta de consciência de mercado enriqueceram os editores, outras alternativas os encaminharam à profissionalização: a imprensa, as traduções e, finalmente, o livro didático.

Monteiro Lobato é apontado como um dos primeiros a discutir e perceber o valor de troca do trabalho intelectual. Foi também quem explorou de forma satisfatória o mercado do livro didático.

Primo-rico das editoras, o livro escolar interessa a uma história da leitura porque é o que mais marcadamente forma e influencia o leitor. Ele é o destaque do capítulo "Livro didático, matéria de literatura", que inicia com a lembrança da inexistência da imprensa no Brasil. Diante das proibições da corte, não se desenvolveu qualquer tipo de publicação no Brasil até a chegada de D. João, em 1808. A imprensa Régia foi responsável pelos primeiros improvisos, especialmente para suprir a demanda das escolas militares. Foram elas, portanto, que propiciaram a introdução do livro didático, solicitando, inclusive que os próprios professores redigissem os compêndios escolares.

As autoras também destacam a omissão governamental em relação ao sistema educacional. Coube ao Rio de Janeiro sediar um dos melhores colégios de então: o colégio Pedro II, exemplo de modernidade. No geral, entretanto, o quadro é negativo: "predominam desinteresse, despreparo e autoritarismo por parte dos professores, falta de compenetração e indiferença por parte dos alunos, mau estado das instalações dos prédios e salas de aula". Também os métodos de ensino são precários nesse momento. A expulsão dos jesuítas, responsáveis pelo ensino na colônia, desde 1759, e as facilidades que qualquer cidadão encontrava para abrir um estabelecimento de ensino figuram entre as razões do desaparecimento e precariedade do ensino no país. A educação ministrada deixa a desejar, contribuindo para a formação insatisfatória de um público leitor. Tal quadro ainda é agravado pelo deficiente ensino da língua materna.

Com a República, operou-se a reforma da instrução pública, mas as mudanças efetivas só aconteceram a partir de 1930 (com as novas medidas do Ministério da Educação). Antes disso, não houve uma política educacional eficiente, o que aparece nos relatos dos escritores e personagens, quase sempre desmotivados, reclamando da rigidez dos professores (lembramos da palmatória) e da insipidez do livro didático.

As autoras percorrem então o tortuoso caminho da formação dos professores, destacando a popularidade da Escola Normal, que funcionava como opção profissional para as moças de classe média. A figura da normalista ocupa lugar de destaque na memória de escritores.

A presença da literatura na escola era vista sob dois aspectos: como envolvimento decorrente do contato com o texto e como pretexto para outras aprendizagens (soa atual, não?). Assim, por intermédio de outros tantos depoimentos de escritores, as autoras mostram um caminho de leitura que fez de Camões um dos mais odiados na escola. A literatura portuguesa, afinal, pagou a conta da monotonia da escola brasileira do século XIX. Literaturas estrangeiras à parte, é tardia a inclusão da literatura brasileira no currículo escolar.

Um fator de destaque nesses depoimentos é o encanto de ouvir histórias narradas, de preferência, por uma velha preta, alternativa mais agradável e positiva que a leitura repressiva da escola.

A clandestinidade de algumas leituras aponta novamente para a dissociação entre escola e leitura prazerosa. Fora da escola, aventura e fantasia permeiam as boas relações entre o leitor e os livros. Obras não-consagradas e revistinhas infantis constituem o acervo dos jovens brasileiros, o que evidencia mais uma vez a precariedade da escola na formação do leitor.

O último capítulo é dedicado à figura feminina cujas leituras se deram desde o início sob vigilância e tutela. A presença feminina no âmbito da educação só aparece no século XIX. No Brasil colônia, a voz dos cronistas registra um perfil de pouca instrução, de dedicação tão somente aos pianos e às lides domésticas, e até, de maus tratos aos escravos em função da pouca instrução.

Com a Independência, a situação não se altera. Os depoimentos ainda registram poucas saídas à rua, pouco assunto nas conversas, tom de voz alto demais e baixa qualidade de leitura. Tudo a indicar um universo da leitura muito restrito. Lembram as autoras que a "moldura da desleitura feminina são as altas taxas do analfabetismo do conjunto da população, no país inteiro".

Para rastrear o processo de leitura feminina, elas observam a formação da leitora nos romances oitocentistas. Neles, o perfil responde a quesitos de refinamento e o contraponto à real situação descrita pelos cronistas é oferecido pelas obras de Macedo, Alencar e Machado, nas quais as representações de leituras e leitores são embelezados.

Senhoras e senhoritas educadas, refinadas, com boa leitura, discutindo com os homens em pé de igualdade enfeitam o cenário de algumas obras.

Essas divergências entre os depoimentos estrangeiros e as representações literárias esboçam, segundo as autoras, uma utopia para as mulheres do século XIX que é a de desafiar o universo masculino.

A militância de mulheres é apresentada por intermédio dos registros de Nísia Floresta e Luciana de Abreu que reivindicam o direito feminino à instrução. Entre os homens, figura José Veríssimo que defende a educação da mulher para que esta possa educar os homens. A necessidade de formação de professores é a trilha pela qual segue a educação feminina. Consagrá-la professora trazia muitas vantagens ao estado, entre elas a desobrigação de remunerar dignamente os professores, já que o salário da mulher é complementar ao do marido. A docência é, então, uma extensão do próprio lar. Os papéis de professora e mãe não ameaçam as regras estabelecidas pela sociedade nas suas bases machistas.

A prática da leitura oral, doméstica, coletiva, com audiência feminina é apresentada tanto pelo memorialismo como pela ficção.

Tutela e culpabilidade intercalam o universo da leitora na ficção brasileira. Ressalte-se a *Fräulein*, de Mário de Andrade, que, leitora de poetas e filósofos germânicos, acaba por estigmatizar a leitura, na medida em que alia ensino e prostituição. De nada adiantaram a personagem os livros sobre o piano, vencida que foi pelo exercício da outra profissão.

As leituras literárias de Conceição, protagonista de *O Quinze*, marcam mudança de rumo nesse universo da leitura. O processo não se deu sem violência e culpa. A leitora seja fictícia ou real desperta desconfiança, é culpabilizada, incomoda. A análise da inscrição de Carolina de Jesus, negra e pobre, no panorama cultural brasileiro ressalta o incômodo que ela representou tanto para os iguais como para os círculos mais altos da cultura brasileira.

Pós-moderno, na sua fragmentação e por negar uma visão totalizante, o texto lida com situações concretas de produção e de recepção de textos, partindo de um conceito de literatura que leva em conta práticas culturais. O resultado deixa ver um caminho rarefeito que esbarra o tempo todo em frágeis (ou inexistentes) projetos educacionais e a conseqüente ameaça representada pelo analfabetismo.

Acrescido de um quadro que apresenta dados sobre a remuneração do trabalho intelectual no Brasil, o livro de Regina Zilberman e Marisa Lajolo preenche um espaço na discussão cultural brasileira, normalmente encaminhado em torno de exigências de um leitor excepcional, conhecedor do específico literário, e que desconsidera, porque desconhece, as condições reais de leitura, seus personagens, suas articulações.

Se, hoje (e desde sempre), vozes alardeiam a deficiente formação do leitor brasileiro, a pesquisa, ao realizar a contextualização da formação da leitura, aponta para outros envolvidos no processo, e reabre a discussão, fazendo-nos refletir sobre que leitor está sendo formado afinal, e sobre quem somos os envolvidos.

• • •